ISSN-e [2675-5602]

Global Academic Nursing Journal

ARTIGO DE REFLEXÃO

Desinformação e literacia em saúde em Portugal: reflexão crítica sobre o papel do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde comunitária e de saúde pública

Misinformation and health literacy in Portugal: a critical reflection on the role of the nurse specializing in community and public health nursing

Desinformación y alfabetización en salud en Portugal: reflexión crítica sobre el papel del enfermero especialista en enfermería de salud comunitaria y de salud pública

Sulamita Rodrigues Aduar Zanel[1]
ORCID: 0009-0008-4772-2103
Hélia Margarida Nora Gabriel Batista[2]
ORCID: 0000-0003-0414-9358
Telma Vanessa Espadinha Esperança[2*]
ORCID: 0009-0008-4808-692X
Paula Maria Tavares Ribeiro Agostinho[1]
ORCID: 0000-0003-1144-8161
Susana Cristina Nunes Valido[2]
ORCID: 0000-0002-0637-5108

[1]Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Lisboa, Portugal.
[2]Escola Superior de Saúde Atlântica. Lisboa, Portugal.

Como citar este artigo:
Zanel SRA, Batista HMNG, Esperança TVE, Agostinho PMTR, Valido SCN. Desinformação e literacia em saúde em Portugal: reflexão crítica sobre o papel do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde comunitária e de saúde pública. Glob Acad Nurs. 2026;7(5):e612. https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200612

***Autor correspondente:**
202590735@academia.uatlantica.pt

Submissão: 23-09-2026
Aprovação: 30-10-2026

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre a relação entre desinformação e literacia em saúde e analisar o contributo potencial do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária, na área de Enfermagem de Saúde Comunitária e de Saúde Pública, para a prevenção e mitigação da infodemia. Trata-se de um artigo teórico-reflexivo, sustentado na análise interpretativa de literatura científica e documentos institucionais consultados entre março e o início de maio de 2026. A reflexão distingue informação incorreta, desinformação e infodemia, reconhecendo que a vulnerabilidade a conteúdos enganosos depende não apenas de competências individuais, mas também de fatores socioculturais, emocionais e organizacionais. Os estudos portugueses sobre literacia em saúde apresentam estimativas diferentes, cuja comparação exige prudência metodológica. A literatura identifica possibilidades de atuação dos enfermeiros na comunicação, educação para a saúde e articulação comunitária, mas não permite presumir a eficácia de todas as estratégias propostas. Conclui-se que a resposta à desinformação exige ações interprofissionais, comunicação acessível, responsabilidade institucional e avaliação rigorosa das intervenções.

Descritores: Literacia para a Saúde; Desinformação; Infodemia; Enfermagem em Saúde Comunitária; Comunicação em Saúde.

Abstract

This article aims to critically reflect on the relationship between misinformation and health literacy, and to analyze the potential contribution of the Specialist Nurse in Community Nursing, within the fields of Community Health and Public Health Nursing, to the prevention and mitigation of the infodemic. It is a theoretical-reflective paper based on an interpretive analysis of scientific literature and institutional documents consulted between March and early May 2026. The reflection distinguishes between incorrect information, misinformation, and the infodemic, acknowledging that vulnerability to misleading content depends not only on individual skills but also on sociocultural, emotional, and organizational factors. Portuguese studies on health literacy present varying estimates, the comparison of which requires methodological caution. The literature identifies potential areas for nursing intervention, such as communication, health education, and community engagement, though it cannot be assumed that all proposed strategies are equally effective. It is concluded that addressing misinformation requires interprofessional action, accessible communication, institutional accountability, and rigorous evaluation of interventions.

Descriptors: Health Literacy; Disinformation; Infodemic; Community Health Nursing; Health Communication.

Resumén

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre la relación entre la desinformación y la alfabetización en salud, y analizar la contribución potencial del enfermero especialista en Enfermería Comunitaria, en el ámbito de la Enfermería de Salud Comunitaria y la Salud Pública, a la prevención y mitigación de la infodemia. Se trata de un artículo teórico-reflexivo, basado en el análisis interpretativo de literatura científica y documentos institucionales consultados entre marzo y principios de mayo de 2026. La reflexión distingue entre información incorrecta, desinformación e infodemia, reconociendo que la vulnerabilidad ante contenidos engañosos depende no solo de competencias individuales, sino también de factores socioculturales, emocionales y organizativos. Los estudios portugueses sobre alfabetización en salud presentan estimaciones diversas, cuya comparación requiere prudencia metodológica. La literatura identifica posibilidades de actuación para los enfermeros en los ámbitos de la comunicación, la educación para la salud y la articulación comunitaria; sin embargo, no permite asumir la eficacia de todas las estrategias propuestas. Se concluye que la respuesta a la desinformación exige acciones interprofesionales, una comunicación accesible, responsabilidad institucional y una evaluación rigurosa de las intervenciones.

Descriptores: Alfabetización en Salud; Desinformación; Infodemia; Enfermería en Salud Comunitaria; Comunicación en Salud.

CC BY NC ND

Introdução

A circulação de informação médica enganosa nas plataformas digitais constitui um desafio relevante para a saúde pública[1]. Importa distinguir a informação incorreta, que pode ser partilhada sem intenção de causar dano, da desinformação, entendida como informação falsa ou enganosa divulgada deliberadamente para induzir em erro. Embora distintas quanto à intencionalidade, ambas podem dificultar o acesso a informação credível e influenciar decisões em saúde.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a infodemia como um fenómeno caracterizado pela circulação excessiva de informação, incluindo conteúdos falsos ou enganosos, em ambientes digitais e físicos, particularmente durante situações de emergência sanitária[2]. Este fenómeno pode dificultar a identificação de orientações fiáveis, comprometer a confiança nas instituições e influenciar a adoção de comportamentos preventivos e a adesão às recomendações de saúde[2,3].
A literacia em saúde assume particular relevância neste contexto, por envolver competências de acesso, compreensão, avaliação e utilização da informação para a tomada de decisões informadas. Contudo, a vulnerabilidade à desinformação não depende exclusivamente dessas competências, sendo igualmente influenciada por fatores emocionais, socioculturais, relações de confiança e características dos ambientes informacionais[4].

Em Portugal, a promoção da literacia em saúde integra as prioridades estratégicas de saúde pública, nomeadamente através do Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023–2030[5]. Esta orientação reforça a importância de desenvolver respostas que articulem a capacitação das pessoas com a responsabilidade das instituições na disponibilização de informação acessível, compreensível e cientificamente fundamentada. Neste enquadramento, o Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária, na área de Enfermagem de Saúde Comunitária e de Saúde Pública, poderá contribuir para a identificação de necessidades de informação, a promoção da literacia em saúde e a capacitação das comunidades, em articulação com outros profissionais e instituições[6,7]. Todavia, importa analisar criticamente as possibilidades e os limites desta intervenção, evitando assumir a eficácia de estratégias específicas sem evidência que a sustente.

Assim, o presente artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre a relação entre desinformação e literacia em saúde, analisando a complexidade da infodemia e o contributo potencial do enfermeiro especialista para a sua prevenção e mitigação no contexto português.

Metodologia

Trata-se de um artigo teórico-reflexivo sustentado na análise crítica de literatura científica e documentos institucionais sobre desinformação, literacia em saúde, infodemia e enfermagem comunitária. A pesquisa bibliográfica foi realizada entre março e o início de maio de 2026, em português e inglês, nas bases PubMed, Scopus e Web of Science, complementada pelo Google Scholar e pela consulta de documentos da Organização Mundial da Saúde, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, UNESCO, Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças e Direção-Geral da Saúde. Foram considerados sobretudo trabalhos publicados entre 2020 e 2026, mantendo-se documentos anteriores pertinentes para o enquadramento conceptual, nacional ou regulamentar. Foram privilegiados artigos de revisão, estudos empíricos e documentos normativos relevantes para a temática. A seleção teve em conta a pertinência temática, a diversidade de perspetivas e o contributo para a discussão. A análise foi interpretativa, articulando dados empíricos, recomendações institucionais e reflexão profissional, sem aplicação de um protocolo de revisão sistemática. Por essa razão, não se pretende exaustividade nem inferência causal a partir da literatura selecionada. Para responder aos pareceres editoriais, a discussão foi complementada em outubro de 2026 com publicações pertinentes de 2024 a 2026, sem realização de uma nova pesquisa sistemática. A seleção não foi exaustiva e poderá refletir viés de escolha das fontes, pelo que a transferência de conclusões entre países e contextos deve ser prudente.

Resultados e Discussão

A circulação de informação incorreta ou deliberadamente enganosa pode influenciar perceções, decisões e comportamentos em saúde[1,2,8]. A pandemia de COVID-19 tornou especialmente visíveis os desafios associados à comunicação pública e à confiança em fontes de informação[1,9]. Todavia, a dinâmica de difusão não é uniforme e depende do contexto e dos indicadores considerados. Assim, não é adequado afirmar que os conteúdos falsos se disseminam invariavelmente mais depressa ou com maior alcance do que a informação científica. A integridade da informação depende também das características das plataformas, dos contextos de circulação e das respostas institucionais[9].

A literacia em saúde constitui uma dimensão importante da capacidade de aceder, compreender, avaliar e utilizar informação relevante para decisões em saúde[3]. Contudo, a suscetibilidade à desinformação não pode ser atribuída apenas a insuficiências individuais de conhecimento, pois também intervêm fatores emocionais, socioculturais, relações de confiança e características dos ambientes digitais[4].

Em Portugal, os estudos sobre literacia em saúde têm identificado proporções distintas de indivíduos com níveis problemáticos ou inadequados. O relatório de Espanha, Ávila e Mendes identificou aproximadamente 49% de participantes nestas categorias[10], enquanto Pedro, Amaral e Escoval reportaram uma proporção de 61%[11]. Posteriormente, os resultados nacionais do inquérito HLS19 indicaram 22% de participantes com literacia problemática e 7,5% com literacia inadequada, correspondendo a um total de 29,5%[13].

Embora estes resultados evidenciem diferenças nas estimativas de literacia em saúde, a sua interpretação exige

considerar as características das amostras, os instrumentos de avaliação e os critérios de classificação utilizados. Em particular, a utilização do instrumento HLS19-Q12 limita a comparação direta com investigações anteriores que recorreram a versões mais extensas. Assim, não é possível concluir, exclusivamente a partir destes indicadores, que ocorreu uma melhoria temporal da literacia em saúde da população portuguesa[10-12]. Independentemente destas diferenças metodológicas, os estudos reforçam a importância da literacia em saúde enquanto prioridade de saúde pública, justificando o desenvolvimento de estratégias que articulem a capacitação individual, a acessibilidade da informação e a responsabilidade das organizações de saúde[3,5,9]. A educação para a saúde e a comunicação clara constituem abordagens relevantes, mas a sua eficácia na redução da adesão a conteúdos falsos deve ser avaliada em contextos e populações concretos, em vez de presumida a partir de recomendações gerais[14,20].

A interpretação e a partilha de informação em saúde podem ser influenciadas por emoções, crenças prévias e pertenças sociais, mesmo quando existem competências adequadas de literacia[1,4]. Por isso, a resposta à infodemia exige abordagens multidimensionais, que combinem informação credível, escuta, diálogo e medidas dirigidas aos ambientes informacionais e às organizações[9,2].

A evidência recente reforça a necessidade de selecionar estratégias de comunicação em função do contexto, dos destinatários e dos mecanismos que sustentam a aceitação da informação. Uma revisão sistemática de intervenções dirigidas a grupos marginalizados sublinha a importância da adequação cultural, da confiança e da participação comunitária, sem permitir generalizar a eficácia de uma única abordagem[8]. Uma revisão sistemática de correções narrativas identificou resultados inconsistentes: apenas quatro dos 16 estudos que compararam narrativas com correções não narrativas encontraram superioridade estatisticamente significativa das primeiras, tendo sido descritos possíveis efeitos contraproducentes[15].

De modo convergente, uma revisão sistemática realista de intervenções contra a desinformação relacionada com a COVID-19 concluiu que nenhuma estratégia isolada é suficiente em todos os contextos e recomendou combinações ajustadas às populações-alvo[16]. Estes resultados apoiam a necessidade de avaliar as intervenções em enfermagem comunitária quanto à aceitabilidade, equidade, resultados e potenciais efeitos indesejados, em vez de pressupor a sua eficácia. Uma revisão integrativa de 2024 sobre a identificação de informação digital fiável reforça a pertinência de intervenções de literacia digital, salientando a necessidade de adaptar abordagens educativas aos destinatários[17].

Uma revisão de 2024 sobre rótulos de credibilidade e outras intervenções comportamentais descreve abordagens promissoras, cuja aplicabilidade deve ser interpretada à luz dos contextos e dos desenhos dos estudos[18]. Uma revisão de âmbito publicada em 2025 identificou respostas educativas, de correção, algorítmicas e regulamentares, evidenciando que a prevenção da desinformação não deve recair exclusivamente sobre a capacitação individual[1].

A resposta à desinformação em saúde exige uma abordagem que ultrapasse a simples transmissão de informação cientificamente correta, integrando a compreensão dos contextos sociais, das relações de confiança e das necessidades das comunidades. Um estudo realizado com agentes comunitários de saúde no Brasil evidencia a pertinência de analisar a influência da desinformação nas práticas dos profissionais que desenvolvem atividades de proximidade com as populações[19]. Embora estes resultados não possam ser diretamente extrapolados para a enfermagem comunitária portuguesa, contribuem para compreender a relevância dos contextos territoriais na comunicação em saúde. No âmbito da enfermagem, têm sido propostas estratégias como a comunicação respeitosa, a clarificação de informações incorretas, a utilização de fontes credíveis e a participação em iniciativas comunitárias[20]. Uma revisão sistemática de intervenções de enfermagem em pessoas com doenças crónicas descreveu estratégias de promoção da literacia em saúde, mas a transferência destes resultados para a desinformação comunitária requer avaliação específica[21]. Uma revisão de âmbito de 2026 sobre o papel público dos enfermeiros na mitigação da desinformação identificou necessidades de formação, apoio institucional e comunicação empática[22]. Contudo, a diversidade metodológica destas publicações exige prudência na interpretação dos seus contributos, não permitindo assumir que todas as estratégias propostas apresentam eficácia empiricamente demonstrada. A literatura sobre hesitação vacinal na infância constitui outro exemplo de intervenções de enfermagem discutidas neste domínio, sem permitir generalizar os seus resultados a todas as formas de desinformação[23].

No contexto português, as competências regulamentadas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária, na área de Enfermagem de Saúde Comunitária e de Saúde Pública, sustentam a possibilidade de identificar necessidades comunitárias, planear intervenções e articular recursos de saúde[6,7]. A atuação perante a desinformação deverá, contudo, ser interprofissional e institucionalmente apoiada. Uma revisão de âmbito de 2026 salienta obstáculos ligados à formação, à comunicação e ao apoio institucional dos enfermeiros[22]. Estes resultados não podem ser generalizados automaticamente ao contexto português, mas justificam atenção à formação, ao apoio organizacional e à avaliação das estratégias de comunicação[9].

Como propostas de atuação a desenvolver e avaliar no contexto português, consideram-se: (1) diagnóstico das necessidades de informação da comunidade; (2) escuta sistemática de dúvidas e rumores; (3) comunicação clara e culturalmente adequada; (4) articulação com lideranças comunitárias e instituições; e (5) avaliação da aceitabilidade, equidade e resultados das respostas implementadas. Estas linhas de ação constituem hipóteses de intervenção, não estratégias cuja eficácia esteja demonstrada neste trabalho.

A operacionalização destas propostas depende, porém, da disponibilidade de tempo e recursos das equipas, de formação adequada, da desigualdade no acesso digital e da proteção da privacidade. As intervenções devem ainda evitar estigmatizar pessoas ou grupos expostos à desinformação e ser sustentadas por responsabilidade organizacional, não apenas por competências individuais.

Acresce que a intervenção do enfermeiro perante a desinformação possui uma dimensão ética e profissional, relacionada com a defesa do direito à saúde, a responsabilidade profissional e a participação nos processos de comunicação pública[22]. Esta responsabilidade deve ser exercida de forma não paternalista, respeitando a autonomia das pessoas, reconhecendo desigualdades de acesso à informação e evitando transferir para os cidadãos a responsabilidade exclusiva pela circulação de conteúdos enganosos. A reflexão apresentada sustenta a pertinência destas linhas de atuação, mas não demonstra empiricamente a sua eficácia. Uma revisão sistemática e meta-análise publicada numa revista portuguesa de enfermagem analisou intervenções de saúde digital destinadas a promover a literacia em saúde em adultos e pessoas idosas. A sua pertinência para a enfermagem comunitária reside na articulação entre tecnologias, necessidades dos destinatários e avaliação das intervenções, embora a melhoria da literacia não deva ser equiparada automaticamente à redução da desinformação[24]. Uma revisão de âmbito de 2025 sobre diversidade e inclusão na investigação relativa à correção de desinformação em saúde acrescenta a necessidade de considerar a representatividade das populações estudadas e a transferibilidade dos resultados[25].

Considerações Finais

A desinformação em saúde constitui um desafio complexo, cuja compreensão exige distinguir informação incorreta, desinformação intencional e infodemia. A literatura analisada sugere que a literacia em saúde é relevante para a avaliação crítica da informação, mas não explica isoladamente a vulnerabilidade a conteúdos enganosos. Fatores emocionais, socioculturais, relacionais e organizacionais também condicionam a circulação e a aceitação da informação[3,4,9].

No contexto português, os indicadores disponíveis sobre literacia em saúde não permitem inferir uma melhoria temporal sem atender às diferenças entre instrumentos, amostras e critérios de classificação[10-12]. O Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária, na área de Enfermagem de Saúde Comunitária e de Saúde Pública, poderá contribuir para respostas de proximidade, educação para a saúde e articulação comunitária, em consonância com as suas competências profissionais[6,7]. Contudo, as publicações analisadas não permitem concluir que todas as estratégias de comunicação e intervenção propostas sejam empiricamente eficazes na redução da desinformação[20,22,23].

O combate à desinformação requer, por conseguinte, responsabilidade partilhada entre cidadãos, profissionais, instituições de saúde e entidades públicas, com investimento em comunicação acessível, confiança, literacia digital e integridade da informação. Enquanto artigo teórico-reflexivo, este trabalho está limitado pela seleção não sistemática das fontes e pela heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos, não permitindo estabelecer relações causais nem generalizar resultados de outros contextos ao exercício profissional português. Recomenda-se o desenvolvimento e a avaliação de intervenções comunitárias contextualizadas, capazes de produzir evidência sobre a sua viabilidade, aceitabilidade e resultados em saúde. A literatura foi selecionada por pertinência conceptual e não permite estimar a eficácia comparativa das estratégias descritas.

Referências

1. Gram EG, Moynihan R, Copp T, Shih P, Albarqouni L, Akl E, et al. Addressing misleading medical information on social media: a scoping review of current interventions. BMJ Evid Based Med. 2025;30(6):420-433. doi:10.1136/bmjebm-2025-113704.
2. World Health Organization. Infodemic management: an overview. Geneva: WHO; 2022. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic
3. World Health Organization. Health literacy. Geneva: WHO; 2025. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/health-literacy
4. Brashier N. Fighting misinformation among the most vulnerable users. Curr Opin Psychol. 2024;57:101813. doi:10.1016/j.copsyc.2024.101813
5. Direção-Geral da Saúde. Plano Nacional de Literacia em Saúde e Ciências do Comportamento 2023–2030. Lisboa: DGS; 2023. Disponível em: https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/pnlscc-2023-2030-pdf.aspx
6. Ordem dos Enfermeiros. Regulamento n.º 428/2018 – competências específicas do enfermeiro especialista em Enfermagem Comunitária na Área de Enfermagem de Saúde Comunitária e de Saúde Pública e na Área de Enfermagem de Saúde Familiar. Diário da República. 2018. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/regulamento/428-2018-115698616
7. Ordem dos Enfermeiros. Regulamento n.º 140/2019 – Competências comuns do enfermeiro especialista. Diário da República. 2019. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/regulamento/140-2019-119236195
8. Senteio C, Fields SD, Pritam Singh RK, Namata Kamoga RM, Andrews E, Gandsman D, et al. Overcoming health misinformation in marginalized groups: a systematic review. Int J Equity Health. 2025;24:323. doi:10.1186/s12939-025-02657-2.
9. OECD. Facts not fakes: tackling disinformation, strengthening information integrity. Paris: OECD Publishing; 2024. doi:10.1787/d909ff7a-en

10. Espanha R, Ávila P, Mendes R. Literacia em Saúde em Portugal – Relatório Síntese. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2016. Disponível em: https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/87Est_Lieracia_Saude.pdf
11. Pedro A, Amaral O, Escoval A. Literacia em saúde: tradução, validação e aplicação do European Health Literacy Survey em Portugal. Rev Port Saúde Pública. 2016;34(3):259–75. doi:10.1016/j.rpsp.2016.07.002
12. Direção-Geral da Saúde. Relatório – Plano de Ação para a Literacia em Saúde 2019–2021. Lisboa: DGS; 2022. Disponível em: https://www.backoffice.dgs.pt/upload/DGSv9/ficheiros/i030040.pdf
13. Arriaga M, Francisco R, Nogueira P, Oliveira J, Silva C, Câmara G, et al. Health literacy in Portugal: results of the Health Literacy Population Survey Project 2019–2021. Int J Environ Res Public Health. 2022;19(7):4225. doi:10.3390/ijerph19074225.
14. Mendonça AVM, Sousa MF. Desafios contemporâneos para a saúde digital: letramento, educação midiática e prevenção à desinformação. Rev Panam Salud Publica. 2025;49:e14. doi:10.26633/RPSP.2025.14
15. Okuhara T, Okada H, Yokota R, Kiuchi T. Effectiveness and determinants of narrative-based corrections for health misinformation: a systematic review. Patient Educ Couns. 2025;139:109253. doi:10.1016/j.pec.2025.109253.
16. Dickinson R, Makowski D, van Marwijk H, Ford E. Interventions for combating COVID-19 misinformation: a systematic realist review. PLoS One. 2025;20(4):e0321818. doi:10.1371/journal.pone.0321818.
17. Mohamed H, Kittle E, Nour N, Hamed R, Feeney K, Salsberg J, et al. An integrative systematic review on interventions to improve layperson's ability to identify trustworthy digital health information. PLOS Digit Health. 2024;3(10):e0000638. doi:10.1371/journal.pdig.0000638
18. Marecos J, Graça DT, Goiana-da-Silva F, Ashrafian H, Darzi A. Source credibility labels and other nudging interventions in the context of online health misinformation: a systematic literature review. Journal Media. 2024;5(2):702-717. doi:10.3390/journalmedia5020046
19. Costa L, Mendonça AV, Sousa MF. Desinformação e as práticas dos Agentes Comunitários de Saúde no Brasil. Tempus Actas Saúde Colet. 2025;18(4). doi:10.18569/tempus.v18i4.3543
20. Geist M, Mabry J, Hintz AG. Combat healthcare untruths with community outreach. Am Nurse J. 2024;19(2):14–8. doi:10.51256/anj022414
21. Boumendil K, Yakubu NA, Al Wachami N, Arraji M, Iderdar Y, Mourajid Y, et al. How nurses' interventions promote health literacy in patients with non-communicable diseases: a systematic review. J Clin Nurs. 2025;34(7):2493-2509. doi:10.1111/jocn.17669.
22. Stubbs M, van Wissen K, Blanchard D, Reis J. Nurses as public educators: a scoping review of literature on misinformation mitigation. Teach Learn Nurs. 2026;21(3):e1331-e1344. doi:10.1016/j.teln.2026.01.008.
23. Taborda A, Meira JF, Ferreira LRS, et al. Intervenções de enfermagem no combate da hesitação vacinal na primeira infância. Rev Delos. 2024;17(62):e3303. doi:10.55905/rdelosv17.n62-163
24. Valentim P, Costa A, Henriques A. The effectiveness of e-health interventions in promoting health literacy in adults and the elderly: a systematic literature review and meta-analysis. Pensar Enferm. 2025;28(Supl). doi:10.71861/pensarenf.v28iSup.400.
25. Rw R, Chen J, Wang Y. Evaluating inclusiveness and diversity in health misinformation correction research: a scoping review. Health Info Libr J. 2025;42(4):416-455. doi:10.1111/hir.12584.